

Regulamento de Contratação da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Objecto)

O presente Regulamento de Contratação, adiante designado por RC, disciplina a contratação de empreitadas de obras públicas, a locação ou aquisição de bens móveis e a aquisição de serviços pela Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., adiante designada por ULSNA, E.P.E., cuja formação dos contratos, se encontra excluída do Código dos Contratos Públicos, por força artigo 5.º n.º 3 do referido Código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro.

Artigo 2.º

(Âmbito)

O presente RC é aplicável à formação dos seguintes contratos:

- a) De empreitada de obras públicas, cujo valor seja inferior ao referido na alínea c) do artigo 7.º da Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março;
- b) De locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo valor seja inferior ao referido na alínea b) do artigo 7.º da Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março.

Artigo 3.º

(Princípios conformadores da contratação ao abrigo do RC)

1. Sem prejuízo pelo respeito pelos princípios fundamentais da contratação pública constantes dos Tratados Comunitários, à formação dos contratos referidos no artigo anterior são aplicáveis os princípios gerais da actividade administrativa, as normas que

concretizam preceitos constitucionais constantes do Código do Procedimento Administrativo e, quando estejam em causa contratos com objecto passível de acto administrativo e demais contratos sobre o exercício de poderes públicos, as normas constantes do Código do Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações.

2. São especialmente aplicáveis os seguintes princípios:

a) Princípio da legalidade.

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve observar os princípios e as regras previstos no presente RC, não podendo, designadamente, adoptar procedimentos diferentes dos nele tipificados, excepto em caso de estado de necessidade.

b) Princípio da prossecução do interesse público

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve prosseguir o interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

c) Princípio da publicidade e da transparência

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve garantir que existe uma adequada publicidade da sua decisão de contratar, que o critério de adjudicação e as condições essenciais do contrato a celebrar estão definidos previamente à abertura do procedimento e que as decisões tomadas são sempre fundamentadas.

d) Princípio da igualdade

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve proporcionar iguais condições de acesso e de participação dos interessados em contratar, não podendo privilegiar ou prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever, nenhum interessado, nomeadamente, em função da sua nacionalidade.

e) Princípio da justiça e da imparcialidade

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ele entrem em relação, ponderando todos os interesses públicos e privados relevantes, uns com os outros e entre si.

f) Princípio da concorrência

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve assegurar o mais amplo acesso ao procedimento dos interessados em contratar, estimulando a máxima auscultação do mercado sem prejuízo do princípio da proporcionalidade.

g) Princípio da proporcionalidade

Na formação dos contratos deve ser escolhido o procedimento mais adequado ao interesse público a prosseguir, ponderando-se os custos e os benefícios decorrentes da respectiva utilização, e apenas devem ser efectuadas as diligências e praticados os

actos que se revelem indispensáveis à prossecução dos fins que se visam alcançar, garantindo-se que as decisões da entidade adjudicante que colidam com direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só os afectam em termos adequados e proporcionais aos objectivos a realizar.

h) Princípio da boa fé

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve agir e relacionar-se com os interessados em contratar segundo as regras da boa fé, garantindo, nomeadamente, que os documentos concursais contêm disposições claras e precisas.

i) Princípio da tutela da confiança

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve ponderar os valores fundamentais do direito, nomeadamente, a confiança suscitada na contraparte pela actuação em causa e o objectivo a alcançar com a actuação empreendida.

j) Princípio da estabilidade

Na formação dos contratos a ULSNA,E.P.E. deve manter imodificados os documentos normativos procedimentais, sendo, nomeadamente, inalteráveis as propostas apresentadas pelos concorrentes nos casos em que não esteja prevista a negociação.

k) Princípio da responsabilidade

Os trabalhadores da ULSNA,EPE poderão ser responsabilizados civil, financeira, penal e disciplinarmente pela prática de actos que violem o disposto no presente RC, caso se verifique que os mesmos integram os pressupostos de qualquer daquelas responsabilidades.

Artigo 4.º

(Utilização de Plataforma Electrónica)

Para a formação dos contratos referidos no artigo 2.º do RC a ULSNA, E.P.E. com valor superior a 5.000€ e com convite a mais do que um fornecedor deve preferencialmente ser utilizada a plataforma electrónica adoptada pela entidade adjudicante. Alternativamente, pode ser utilizado outro meio electrónico e, em último caso, o papel.

Capítulo II

Formação do contrato

Artigo 5.º

(Tipos de procedimentos)

1. Para a formação dos contratos referidos no artigo 2.º do RC a ULSNA, E.P.E. adopta um dos procedimentos a seguir enunciados cujos pressupostos e tramitação se encontram descritos no capítulo III:
 - a) Ajuste Directo:
 1. Com convite a um fornecedor;
 2. Com convite a três fornecedores
 3. Simplificado
 - b) Concurso Público
 - c) Concurso Limitado por Prévia Qualificação
2. Os referidos procedimentos são utilizados para a formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo valor seja inferior a 206.000€ e de empreitadas de obras públicas de valor inferior a 5.150.000€.
3. O Ajuste Directo é o tipo de procedimento utilizado para a formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis, de aquisição de serviços e de empreitadas de obras públicas de valor inferior ao limiar comunitário.
4. O Concurso Público é o tipo de procedimento utilizado para a formação de contratos de locação ou de aquisição de serviços e de empreitadas de obras públicas cujo valor seja inferior ao limiar comunitário quando, o conhecimento do mercado não permita cumprir as disposições do artigo 3.º do presente Regulamento.
5. O Concurso Limitado por Prévia Qualificação é o tipo de procedimento utilizado para a formação de contratos de locação ou de aquisição de serviços e de empreitadas de obras públicas cujo valor seja inferior ao limiar comunitário quando, face à especificidade do objecto da contratação, a entidade adjudicante pretende sujeitar a apresentação das propostas a uma prévia qualificação dos candidatos, restringindo a faculdade de apresentar propostas aos candidatos seleccionados.
6. Os procedimentos descritos na alínea a) do nº1 poderão ser alvo da negociação seguindo-se a tramitação processual prevista no artigo 28.º, desde que, a entidade competente para

autorizar a despesa assim o decida, e que no seguimento das propostas apresentadas seja manifesta a utilidade deste procedimento.

Artigo 6.º

(Início do procedimento: decisão de contratar e de escolha do tipo de procedimento)

1. O procedimento de formação de qualquer contrato inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, podendo essa decisão estar implícita nesta última.
2. A decisão de escolha do procedimento de formação de contratos, de acordo com as regras fixadas no presente RC, deve ser fundamentada e cabe ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 7.º

(Peças do procedimento)

1. As peças dos procedimentos de formação de contratos são o Convite à apresentação de propostas e o Caderno de Encargos
2. As peças do procedimento referidas no número anterior são aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. O Convite é a peça do procedimento destinada a solicitar a fornecedores certos e determinados a apresentação de propostas e define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração.
4. O Caderno de Encargos é a peça que contém as cláusulas jurídicas, económicas e técnicas, gerais e especiais, a incluir no contrato a celebrar.

Artigo 8.º

(Esclarecimentos e rectificação das peças do procedimento)

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pela entidade para o efeito indicada no Convite até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
4. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados mediante junção às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
5. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º **(Impedimentos)**

1. Não podem ser candidatos nem concorrentes as entidades que:
 - a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respectivo processo pendente;
 - b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
 - c) Tenham sido objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido objecto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
 - d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea **e)** do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea **b)** do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea **b)** do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- h) Tenham sido objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- i) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Tenham, a qualquer título, prestado, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento;
- k) Sejam, a qualquer título, detidas ou representadas por trabalhador ou titular de órgão da ULSNA, E.P.E., ou ainda por respectivos cônjuge, parente ou afim em linha recta

ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como por qualquer pessoa com quem vivam em economia comum.

Artigo 10.º

(Proposta)

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo. A proposta pode revestir a forma de “proposta base” (quando é a única apresentada pelo concorrente ou aquela que este indica como sua principal proposta) ou, nos casos em que tal seja admitido nos documentos que servem de base ao procedimento, de “proposta variante” (quando apresenta, relativamente a um ou mais aspectos da execução do contrato a celebrar, atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às da proposta base). A exclusão da proposta base implica necessariamente a exclusão das propostas variantes apresentadas pelo mesmo concorrente.
2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos e de que não se encontra abrangido por nenhum dos impedimentos referidos no artigo 9.º do RC, em qualquer tipo de procedimento de valor superior a 5.000€;
 - b) Documentos que contenham os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - c) Outros documentos solicitados pela entidade adjudicante.
3. No caso de se tratar de procedimento de formação de contrato de empreitada, a proposta deve ainda ser constituída por:
 - a) Nota justificativa do preço proposto (em caso de discrepância entre o valor da proposta e o total dos preços unitários, prevalece o que menos onerar a ULSNA,E.P.E.);
 - b) Lista de preços unitários, com o ordenamento dos mapas - resumo de quantidades de trabalho;
 - c) Programa de trabalhos, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamento;
 - d) Plano de pagamentos;
 - e) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra;

- f) Declaração do concorrente que mencione os trabalhos a efectuar em cada uma das subcategorias e o respectivo valor e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos subempreiteiros.
 - g) Idêntica declaração deverá ser apresentada, quando se tratar de agrupamentos de empreiteiros;
 - h) Relação do equipamento ou material que seja de outra origem que não a da zona euro, com indicação expressa da(s) divisa(s) de comercialização, sob pena de não a apresentando o dono da obra considerar que é todo comercializado em euros.
 - i) Amostras, descrições, catálogos, desenhos ou fotografias dos equipamentos e materiais propostos.
4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

(Indicação do preço)

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e por extenso e não incluem o IVA.
2. Em caso de divergência entre os preços indicados na proposta por extenso e em algarismos, prevalecem os preços aí indicados por extenso.
3. Na eventualidade de existir divergência entre o preço total indicado na proposta e o valor resultante da respectiva nota justificativa, prevalece o valor mais baixo.
4. No caso de se tratar de procedimento de formação de contrato de empreitada, o concorrente deve indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.
5. No caso de divergência entre vários preços apresentados nas propostas prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 12.º

(Modo de apresentação das propostas)

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados por qualquer meio escrito, preferencialmente em plataforma electrónica que venha a ser adoptada pela entidade adjudicante.
2. A recepção das propostas é registada com referência às respectivas data, hora e funcionário que realizou a recepção, sendo entregue, aos concorrentes que o solicitem, um comprovativo dessa recepção.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado directamente na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, deve ser encerrada em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue directamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado para apresentação de propostas;
 - c) Cuja recepção deve ser registada por referência à respectiva data e hora.

Artigo 13.º

(Fixação do prazo para a apresentação das propostas)

1. O prazo para a apresentação das propostas é fixado livremente, com respeito pelas regras indicadas nos artigos 23.º, n.º 2, alínea c) e 24.º, n.º 2, deste RC e do disposto no número seguinte.
2. Na fixação do prazo para a apresentação das propostas deve ser tido em conta o tempo necessário à sua elaboração, em função da natureza, das características, do volume e da complexidade das prestações objecto do contrato a celebrar, bem como a necessidade de prévia inspecção ou visita a locais ou equipamentos, por forma a permitir a sua elaboração em condições adequadas e de efectiva concorrência.

Artigo 14.º

(Prazo da obrigação de manutenção das propostas)

Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no Convite, a regra geral em termos de prazo de obrigação de manutenção de propostas é de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a respectiva apresentação.

Artigo 15.º

(Análise de proposta e Júri)

1. Aquando da decisão de contratar, o órgão competente designará um Júri, constituído em número ímpar, por um mínimo de três membros efectivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.
2. No caso do Ajuste Directo igual ou inferior a 5.000€ e Ajuste Directo com convite a apenas um fornecedor, o júri referido no número anterior poderá ser constituído por um único membro.
3. Ao júri compete proceder à abertura e apreciação das propostas e elaborar parecer de escolha a submeter ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. As deliberações do júri, que devem ser sempre fundamentadas, são tomadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do júri, devem constar da acta as razões da sua discordância.
5. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos factores e subfactores que densificam o critério de adjudicação.
6. São excluídas as propostas cuja análise revele, designadamente:
 - a) Alteração ou incumprimento do clausulado do processo de aquisição;
 - b) Preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados;
 - c) Existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência.
7. Cabe ainda ao júri exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 16.º

(Preço anormalmente baixo)

1. Quando o preço base for fixado no Caderno de Encargos pode considerar-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for 50% ou mais inferior àquele.
2. Quando o Caderno de encargos não fixar o preço base e o convite não referir o que se entende por preço anormalmente baixo, o órgão competente para a decisão de contratar deve fundamentar a decisão de considerar que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo.

3. Os esclarecimentos para a apresentação de um preço anormalmente baixo podem ser solicitados aos concorrentes a qualquer tempo.

Artigo 17.º

(Esclarecimentos sobre as propostas)

1. O júri do procedimento pode pedir, por escrito, aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das propostas apresentadas.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito e fazem parte integrante das propostas.

Artigo 18.º

(Audiência Prévia)

É dispensada a audiência prévia aos interessados nas seguintes condições:

1. Nos contratos de aquisição ou locação de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual seja não superior a 100.000€.
2. Quando o preço contratual seja superior a 100.000€ mas o critério de adjudicação seja exclusivamente o mais baixo preço.

Artigo 19.º

(Decisão de adjudicação)

1. A adjudicação é o acto pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A adjudicação é feita segundo um dos seguintes critérios:
 - a) O da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante;
 - b) O do mais baixo preço.
3. Os factores e os eventuais subfactores que densificam o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa devem abranger todos, e apenas, os aspectos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência, não podendo dizer respeito, directa ou indirectamente, a situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos aos concorrentes.
4. Só é obrigatória a notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes no caso dos procedimentos previstos no ponto 2 da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º, e nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 5.º, sem prejuízo do dever que impende sobre a entidade adjudicante de prestação de informação.

5. Nos casos em que, de acordo com as disposições deste RC, é exigível caução e outorga de contrato, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para proceder à sua prestação e à aprovação da minuta do contrato.

Artigo 20.º

(Caução)

1. A caução destina-se a garantir o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas e pode revestir a modalidade de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, de garantia bancária ou de seguro caução.
2. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
3. Apenas é obrigatória a prestação de caução pelo adjudicatário no caso dos procedimentos previstos no artigo 5º do RC quando o valor for igual ou superior a 200.000€ (IVA não incluído), ou, no caso de diferente disposição das peças procedimentais.
4. Quando não tenha sido exigida a prestação de caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, desde que tal faculdade seja prevista no Caderno de Encargos.
5. O valor da caução é de 5% do preço contratual e o prazo para a sua prestação é de 10 dias a contar da notificação da adjudicação prevista no artigo 19.º nº 4 do RC, devendo o adjudicatário comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
6. Quando o adjudicatário não prestar, por facto que lhe seja imputável, no prazo que tiver sido fixado para o efeito, a caução estabelecida, a adjudicação caduca e o órgão competente para a decisão de contratar pode decidir adjudicar a aquisição ao concorrente ordenado em lugar subsequente.

Artigo 21.º

(Contrato)

1. Salvo previsão expressa no programa de procedimento, só é exigível a redução a contrato escrito quando se trate de locação ou aquisição de bens móveis, de aquisição de

- serviços e de empreitadas de obras públicas de valor igual ou superior a 100.000€ (IVA não incluído).
2. Quando a redução a contrato escrito não seja exigida, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
 3. Faz parte integrante do contrato, quando este for reduzido a escrito, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:
 - a) A identificação das partes e dos respectivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos actos que os habilitem para esse efeito;
 - b) A indicação do acto de adjudicação e do acto de aprovação da minuta do contrato;
 - c) A descrição do objecto do contrato;
 - d) O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante;
 - e) O prazo de execução das prestações objecto do contrato;
 - f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
 - g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário caso exista;
 4. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
 5. A entidade adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspectos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.
 6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº4, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
 7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº4 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros.

Capítulo III

Tramitação procedimental

Artigo 22.º

(Noção de Ajuste Directo)

O Ajuste Directo é o procedimento em que a entidade adjudicante convida directamente uma ou várias entidades à sua escolha a apresentar proposta.

Artigo 23.º

(Ajuste Directo com convite a um fornecedor)

1. O procedimento por ajuste directo com convite a um fornecedor é utilizado para a formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços de valor igual ou inferior a 25.000€ e de realização de empreitadas de obras públicas de valor igual ou inferior a 50.000€; admite a consulta a um fornecedor, o que não prejudica a faculdade de ser dirigido convite a maior número de fornecedores, desde que com respeito pelo princípio da proporcionalidade.
2. O Convite à apresentação de proposta é acompanhado de Caderno de Encargos e indica:
 - a) A entidade adjudicante;
 - b) O órgão que tomou a decisão de contratar;
 - c) O prazo para a apresentação das propostas que é, em regra, de 3 (três) dias úteis. No entanto, deve se sempre acautelado o disposto no nº 2, do artigo 13.º do presente RC;
 - d) O modo de apresentação da proposta;
 - e) O conteúdo obrigatório da proposta;
 - f) O critério de adjudicação e os eventuais factores e subfactores que o densificam.
 - g) Indicação se as propostas apresentadas serão objecto de negociação, a qual seguirá a tramitação prevista no artigo 28.º do presente RC.
3. O Convite e o Caderno de Encargos são formulados por escrito, podendo ser entregues directamente ou enviados por correio ou ainda por qualquer meio de transmissão escrita e electrónica de dados.
4. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as rectificações das mesmas podem ser efectuadas até ao segundo terço do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

Artigo 24.º

(Ajuste Directo com convite a três fornecedores)

1. O Ajuste Directo com convite a três fornecedores é utilizado para a formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis, de aquisição de serviços de valor superior a 25.000€ e de realização de empreitadas de obras públicas de valor superior a 50.000€; obriga ao convite a três fornecedores, o que não prejudica a faculdade de dirigir convite a maior número de fornecedores, desde que com respeito pelo princípio da proporcionalidade.
2. O prazo para a apresentação das propostas é, em regra, de 6 (seis) dias úteis. No entanto, deve se sempre acautelado o disposto no nº 2, do artigo 13.º do presente RC.
3. À tramitação do Ajuste Directo com convite obrigatório a três fornecedores são aplicáveis as restantes regras constantes no artigo anterior.
4. Através da Plataforma de Contratação Electrónica, poderá o procedimento ser aberto ao mercado, caso a ULSNA,E.P.E. assim entenda.

Artigo 25.º

(Ajuste Directo Simplificado)

Nas aquisições até 5.000€, pode ser dispensada a tramitação processual prevista nos números anteriores, desde que a relação valor/tramitação processual seja desproporcionada em razão do valor diminuto da aquisição.

Artigo 26.º

(Excepções)

A formação de contratos por ajuste directo poderá não observar a tramitação definida nos artigos 23.º e 24.º nos seguintes casos:

- a) Por recurso a centrais de compra do Estado
- b) Nas renovações de contratos plurianuais;
- c) Para aquisição de bens e serviços de fornecimento exclusivo;
- d) Sempre que se encontre a decorrer procedimento concursal até à conclusão do mesmo;
- e) Quando, por motivos devidamente justificados, a sua observância não produza efeitos benéficos para a ULSNA, EPE.

Artigo 27.º

(Concurso Publico e Concurso Limitado por prévia qualificação)

Sempre que se opte pela realização dos procedimentos Concurso Publico ou Concurso Limitado por prévia qualificação, a tramitação corresponderá ao disposto no CCP.

Artigo 28.º

(Negociação)

1. Da fase de negociação não podem resultar condições globalmente menos vantajosas para a ULSNA,E.P.E. do que as inicialmente apresentadas.
2. A negociação é conduzida pelo órgão da entidade adjudicante com competência para autorizar a despesa.
3. À negociação poderão ser chamados todos ou apenas alguns dos concorrentes, sendo a opção pela negociação com apenas alguns dos concorrentes obrigatoriamente precedida de proposta fundamentada aceite pela entidade adjudicante.
4. O Serviço de Aprovisionamento notifica os concorrentes, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da primeira sessão de negociação, agendando as restantes sessões nos termos que tiver por convenientes.
5. Na notificação referida no número anterior deve indicar-se o formato adoptado para as negociações, nomeadamente, se decorrem em separado ou em conjunto com os diversos concorrentes, podendo, porém, a qualquer momento, alterar-se esse formato, mediante informação prévia aos interessados.
6. De cada sessão de negociações é lavrada acta, a qual deve ser assinada por todos os presentes com indicação da qualidade em que intervieram no acto.
7. Os concorrentes devem ter idênticas oportunidades de propor, de aceitar e de contrapor modificações das respectivas propostas durante as sessões de negociação.
8. As actas e quaisquer outras informações ou comunicações, escritas ou orais, prestadas pelos concorrentes à entidade adjudicante devem manter -se sigilosas durante a fase de negociação.
9. Quando a negociação terminar, notificam-se os concorrentes para, em prazo para o efeito fixado, apresentarem as versões finais integrais das propostas.
10. Depois de entregues as versões finais das propostas, não podem as mesmas ser objecto de quaisquer alterações.

11. Após a análise das versões iniciais e finais das propostas e a aplicação dos factores e subfactores de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um parecer de adjudicação.

Capítulo IV

Disposições finais

Artigo 29.º

(Delegação de competências)

Todas as competências atribuídas pelo presente RC ao órgão competente para a decisão de contratar podem ser delegadas.

Artigo 30.º

(Contagem de prazos)

A contagem de quaisquer prazos relativos aos procedimentos de formação de contratos previstos no presente RC é efectuada nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 31.º

(Repetição da adjudicação)

A ULSNA,E.P.E. poderá repetir a adjudicação no triénio seguinte desde que tal faculdade se encontre expressamente prevista nas peças do procedimento.

Artigo 32.º

(Protocolos)

1. A ULSNA, E.P.E. poderá recorrer à celebração de protocolos financeiros com os seus fornecedores.
2. A assinatura de protocolos será obrigatoriamente realizada por dois dos elementos do Conselho de Administração, sendo que um deles será obrigatoriamente um dos Vogais Executivos.

Artigo 33.º

(Legislação subsidiária)

Em tudo quanto não se encontrar especificamente previsto neste RC, deverá a actuação da ULSNA, EPE e dos concorrentes, conformar-se com os princípios ínsitos no artigo 5.º, n.º 6, do anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Artigo 34.º

(Aprovação)

O presente RC foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração de 9 de Dezembro de 2009.

Artigo 35.º

(Vigência)

O presente RC entra em vigor no dia 9 de Dezembro de 2009.

Artigo 36.º

(Divulgação do RC)

O presente RC é tornado público pela colocação no site da ULSNA,E.P.E. devendo fazer-se constar essa menção de todas as peças de procedimentos a que o mesmo seja aplicável.